

Débito de estados *Dívida Pública* será renegociado individualmente

Arnildo Schulz 29.05.91

O Ministério da Economia começa na próxima semana a negociar as dívidas dos estados. A negociação será individual com cada governador, uma vez que o problema de cada estado é específico, na avaliação do ministro Marcílio Moreira. Ainda não está marcada a agenda de reuniões com os governadores. As administrações estão comprometidas com dívidas que chegam a Cr\$ 60 bilhões.

Durante a negociação, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e o secretário Wellich pretendem iniciar a discussão sobre a revisão da Constituição. O principal ponto é a questão da partilha de recursos e despesas. O entendimento entre os técnicos do Ministério é de que, na Constituição atual, os estados recebem uma grande fatia dos recursos, mas não receberam a contrapartida dos gastos que continuaram sendo financiados pelo Governo Federal.

Saneamento

A negociação caso a caso com os estados atende à orientação do secretário da Fazenda Nacional, Luís Fernando Wellish. Ao comentar a proposta do governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, para que o Governo incorporasse a dívida mobiliária dos estados, Wellish afirmou que aceitar a idéia seria a mesma coisa de que ratear entre todos os moradores as despesas de condomínio em um prédio de apartamentos em que a cobertura possui piscina e uma área de circulação maior.

O programa que servirá de base para o acordo político com os governadores parte de um amplo encontro de contas dos créditos e débitos entre a União e os governos estaduais. Quem tem a receber abaterá seu crédito da dívida a pagar. O saldo devedor terá o seu vencimento programado dentro da negociação sobre a capacidade de pagamento dos devedores. Como condição básica para a negociação, o Governo Federal vai exigir dos estados o saneamento de suas finanças, de forma a possibilitar o pagamento das dívidas.

Os estados possuem dívida mobiliária e dívida com bancos e fornecedores. Com o Tesouro, porém, os estados não têm débitos. No ano passado, em uma outra rodada de negociações, o Tesouro conseguiu incluir um dispositivo pelo qual qualquer centavo que os estados deixassem de pagar seria automaticamente descontado do Fundo de Participação dos estados e municípios.



Marcílio: rever caso a caso

Descontingenciamento

O prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, esteve ontem com a secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, e o secretário de Planejamento, Pedro Parente, para pedir a liberação de Cr\$ 2,3 bilhões para sua cidade. A transferência dos recursos está prevista no orçamento da União, mas o dinheiro ainda não foi descontingenciado pelo Governo Federal. O contingenciamento foi adotado pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello para evitar repasses acima da capacidade de pagamento do Governo.

"Alagoas não tem problema de contingenciamento de verbas", reclamou Olívio Dutra. Ele acredita que não há discriminação com Porto Alegre, onde a prefeitura é do PT, mas "uma política equivocada do governo".

JORNAL DE BRASÍLIA 02 AEC 1901